

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 925.977 - MG (2016/0124144-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA E OUTRO(S) -
MG047254
AGRAVADO : ADSERVIS ADMINISTRACAO DE SERVICOS INTERNOS
LTDA

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VALIDADE DO LAUDO PERICIAL. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA MUNICIPALIDADE NÃO PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu o Recurso Especial apresentado pelo MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG, contra acórdão do TJ/MG, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA: ARBITRAMENTO - LAUDO PERICIAL - HOMOLOGAÇÃO: VALIDADE. 1. É válido o laudo pericial que fornece ao julgador condições para arbitramento do valor devido, dentro de possibilidades tecnicamente justificadas em elementos de prova fornecidos pelas partes, com observância do contraditório e da ampla defesa. 2. Não há que se desconstituir decisão homologatória de valores, se devidamente fundamentada, com exposição clara e razoável dos critérios adotados.

2. O recurso foi inadmitido na origem em razão da aplicação das Súmulas 283/STF e 7/STJ.

3. Em seu Agravo em Recurso Especial, a Municipalidade sustenta, em suas razões, ofensa ao disposto nos arts. 128, 130, 437, 458, II, 475-D, e 535, II do CPC/1973. Pugna pela nulidade do acórdão recorrido, ante a subsistência de omissões quanto a aspectos suscitados nos Embargos de Declaração. Alega que o procedimento de liquidação por arbitramento impede a apreciação de documentos novos, permitindo a análise somente daqueles já trazidas aos autos. Defende a necessidade de realização de nova perícia, argumentando que o trabalho técnico não apurou com exatidão os valores recolhidos a título de ISS.

Superior Tribunal de Justiça

4. É o relatório.

5. O Tribunal de origem entendeu por descabida nova perícia, bem como ser correto o cálculo realizado no laudo pericial. Veja-se trecho do acórdão recorrido:

Assim, o que importa, sempre, é o resguardo dos limites da coisa julgada.

Lastima-se, ademais, que o ente público, aparentemente intimado para o procedimento de liquidação, não se tenha insurgido a tempo e modo quanto à espécie de liquidação (f. 66-83/TJ), nem mesmo nomeando assistente técnico ou formulando quesitos (f. 88/TJ).

Lado outro, inequívoco o interesse de ambas as partes na apuração correta do valor, incumbindo ainda à autora da ação o ônus da prova na fase de liquidação, essa representada pelo fornecimento de documentos ao perito.

No que tange ao laudo pericial propriamente dito, verifica-se que o experto utilizou-se de critério de gradação para apresentar os valores pagos a título de ISSQN ao Município de Belo Horizonte, conjugando-os com o local - efetivo e estimado - da prestação do serviço e declinando, ao final, por níveis e registradas pela empresa e nos relatórios de "histórico de créditos" em arquivos do órgão tributante.

E pela só amplitude do período investigado - entre 1990 e 2000 -, já era certo que haveria lacunas, algumas supríveis pela confrontação de dados (contratos etc), outras não, no que, a mera classificação ofertada pelo perito é inapta a colocar em dúvida a qualidade do trabalho.

A técnica permitiu à julgadora analisar e valorar aqueles elementos alcançados para que, então, decidisse com margem segura de certeza, apesar da situação peculiar (fls. 371/372).

6. Assim, para se concluir em sentido contrário é necessário o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial.

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Municipalidade.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR